

29 FEV 2012

FOLHA DE LONDRINA

Desembargador do TJ recusa carro exclusivo

Decisão sobre compra de 90 carros para uso de desembargadores paranaenses não é unânime entre magistrados

Edson Ferrreira
Reportagem Local

A compra de 90 carros para o Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, ao custo de R\$ 4,5 milhões, não foi bem recebida por parte dos 120 desembargadores. Um grupo - minoritário - consideraria a medida desnecessária. Ontem, depois de receberem um ofício da presidência do TJ pedindo para que fossem designados funcionários dos gabinetes para atuarem como motoristas, magistrados insatisfeitos formalizavam a recusa ao benefício. Os veículos, modelo Fluence, da Renault, foram adquiridos no fim do ano passado, especificamente para uso dos desembargadores no trajeto entre a casa e o trabalho e começaram a chegar ao TJ na segunda-feira.

De acordo com o desembargador José Maurício Pinto de Almeida, "é um gasto desnecessário com mordomia, contrário aos interesses da sociedade". Ele apresentou um ofício à administração do TJ, abrindo mão do carro. A insatisfação também se deve à forma como os integrantes da corte foram informados sobre a compra dos veículos. "Nós sabemos que teríamos carro por meio de um ofício para designarmos um funcionário do gabinete para atuar como motorista. Não fomos

consultados sobre essa compra", explicou Almeida.

A compra dos carros foi justificada publicamente pelo presidente do TJ, desembargador Miguel Kfourl Neto, como uma forma de garantir mais segurança aos magistrados. Almeida tem entendimento diferente. "Não entendo que o carro exclusivo, com um funcionário como motorista, possa dar mais segurança. Ele teria que passar por um treinamento."

Questionado sobre a destinação dos carros, tendo em vista que as entregas já começaram a ser feitas ao TJ, o desembargador afirmou que podem ser utilizados a serviço da própria Justiça Estadual. "Carros são necessários em vários setores. Podem ser destinados às Varas que têm mais necessidades, como, por exemplo, às Varas da Infância e Juventude. É preciso ter um planejamento maior para sabermos onde gastar", definiu Almeida.

Além dos gastos com a aquisição dos veículos, pela proposta do presidente da corte, o TJ também vai arcar com a manutenção e com o combustível. A reportagem não conseguiu falar, ontem, com o desembargador Miguel Kfourl Neto.

29 FEV 2012
FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Sem consulta

O presidente do TJ não consultou seus pares e impôs que cortassem um servidor do gabinete para que se contratasse um motorista na partilha de automóveis. O desembargador José Maurício Pinto de Almeida recusou e acha que a medida é discutível tanto legal como moralmente. Não é um momento bom para mordomia...

FOLHA DE LONDRINA

INFORME 29 FEV 2012

Novela dos precatórios

No meio da análise dos vetos para a nova lei estadual dos precatórios - que prevê anistia e parcelamento de pagamentos às empresas - o ex-governador do Paraná Orlando Pessutti (PMDB) fez questão de lembrar que, durante a sua gestão, em 2010, encaminhou à Assembleia Legislativa um projeto semelhante e que não avançou. "Quando apresentei o projeto dos precatórios, diziam que era ilegal, imoral, inconstitucional. E agora, o que dizer do projeto aprovado, que é muito mais flexível e generoso?", questionou.

MAZZA

Flagra

O vereador Emerson Prado, PSDB, estava quase indo às vias de fato com a ex-mulher quando houve intervenção da polícia que o prendeu por desacato. Só faltou dizer que era do partido do governador. Pagou fiança e foi solto.

OPINIÃO DO LEITOR

Celas especiais

A OAB, órgão respeitado e com relevantes préstimos ao país, deveria preocupar-se também em dar um basta nas benesses e privilégios nos casos de celas especiais para os criminosos com curso superior. O caso do acusado da morte da advogada Mérica Nakashima, o também advogado Misael Bispo de Souza, é uma afronta à sociedade e mais um ônus ao já combatido contribuinte de impostos. Ainda mais com essas "fábricas" existentes Brasil afora, concluir um curso superior é tarefa nada difícil. Que o diga a própria OAB diante dos índices de aprovados no Exame de Ordem.

LUIZ ALBERICO PIOTTO (servidor público) - Cambé

29 FEV 2012

FOLHA DE LONDRINA

'Juizes não podem ser confundidos com meia dúzia de vagabundos'

Gabriela Guerreiro
Folhapress

Brasília - Em meio às críticas sobre sua atuação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a corregedora Eliana Calmon disse ontem que os juizes "decentes" do país não podem ser confundidos com "meia dúzia de vagabundos" que estão infiltrados na magistratura brasileira. Durante audiência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Calmon afirmou que as investigações conduzidas pela corregedoria devem ocorrer em vários setores para apontar falhas do Poder Judiciário. "Precisamos abrir em diversos flancos para falar o que está errado dentro da nossa casa. Faço isso em prol dos magistrados sérios, decentes, que não podem ser confundidos com meia dúzia de vagabundos que estão infiltrados na magistratura."

Ao longo da audiência, a corregedora fez diversas críticas à atuação de juizes. Disse que o Poder Judiciário vive hoje uma "crise ética" e atacou desembargadores que não são alvo de investigações por serem "malandros" e conquistarem a simpatia de magistrados.

"É difícil um tribunal julgar desembargador. Se ele tem a simpatia do colegiado, e os malandros são sempre extremamente simpáticos, o tribunal não tem poderes para julgar. Eu não tenho medo dos maus juizes, mas do silêncio dos bons juizes que se calam na hora do julgamento."

Calmon foi ao Senado defender a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que formaliza os poderes do conselho de investigar e punir juizes. A corregedora defende incluir na proposta a competência para o CNJ investigar desembargadores e também se mostrou favorável à possibilidade do conselho quebrar sigilos de juizes investigados - sem que isso seja incluído no texto da PEC.

"No momento em que ficar delimitada a competência do CNJ para manusear provas produzidas por outrem, como investigações policiais ou em juízo tributário, o poder de quebra de sigilo virá por consequência."

Apesar de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter reconhecido os poderes do CNJ, a corregedora disse que as funções do órgão devem es-

tar explicitadas na legislação. "Se trata de decisão (do STF) por maioria bastante reduzida e, mais ainda, na medida em que esta competência pode ser questionada em instrumento que é de iniciativa do próprio STF que é a lei orgânica da magistratura", afirmou.

Numa defesa da atuação do conselho, Calmon disse que as corregedorias dos tribunais estaduais estão "absolutamente despreparadas" para investigar os magistrados. "O grande papel de disciplina é feito pelas corregedorias locais. Só que as corregedorias locais estão absolutamente despreparadas para atender a demanda necessária. E também pela cultura que se estabeleceu com o ranço de que temos que nos proteger."

A PEC tramita no Senado desde o ano passado, depois da polêmica que envolveu a corregedora - cujo trabalho vem sendo criticado por supostos abusos, principalmente pelas associações representativas da magistratura.

CONTINUA

29 FEV 2012

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Em resposta às críticas sobre a sua atuação no CNJ, Calmon disse ter consciência de que encontraria "grandes dificuldades". Mas negou que o conselho trabalhe com o objetivo de perseguir ou prejudicar autoridades do Judiciário. "Não é a Corregedoria que julga os magistrados. A Corregedoria inicia esse procedimento a partir do recebimento de reclamações, providências e representações. O caminho é longo e não há a mínima preocupação de dizer que a Corregedoria ou o CNJ é um tribunal de exceção", afirmou.



Calmon foi ao Senado defender a aprovação da PEC que formaliza os poderes do CNJ de investigar e punir juízes

29 FEV 2012

FOLHA DE LONDRINA

Morador de rua tem o corpo queimado

Adriana De Cunto
Equipe da Folha

Curitiba – A Delegacia de Homicídios está investigando o caso de um morador de rua que teve parte do corpo queimado, por volta das 6h30 de ontem, na Rua Desembargador Ermelino de Leão, no Centro de Curitiba. Ygor Holowska, 30 anos, foi socorrido e encaminhado para o Hospital Evangélico com queimaduras de segundo grau no tórax e nas mãos.

Ele contou aos funcionários do hospital que estava dormindo e não sabia dizer quem teria colocado fogo nele. O rapaz mora na rua há três anos, mas o HE conseguiu localizar a mãe da vítima. De acordo com a assessoria de imprensa do Evangélico, na tarde de ontem, o estado de Ygor era estável.

Um grupo de jovens é suspeito de atear fogo em dois moradores de rua, em Brasília, no último domingo. Eles foram atacados enquanto dormiam e um deles, que teve mais de 60% do corpo queimado, não resistiu aos ferimentos e morreu. O outro permanece internado em estado grave em um hospital de Brasília.

FOLHA DE LONDRINA

MARCELO SENEDA 29 FEV 2012

A ministra, o aborto e a cegonha

Recentemente a mídia noticiou a opinião da nova ministra das Mulheres, Eleonora Menicucci, sobre a descriminalização do aborto: "O aborto, como sanitaria, tenho que dizer, ele é uma questão de saúde pública, não é uma questão ideológica. Como o crack, as drogas, a dengue, o HIV, todas as doenças infectocontagiosas". A ministra, na época da ditadura, foi colega de cela da presidente Dilma Rousseff. Em seu discurso de posse, Eleonora homenageou os "jovens que tombaram durante a luta contra a ditadura" e concluiu dizendo "lutar e viver com dignidade vale a pena".

A ministra certamente é convicta da supremacia da democracia, ou não teria sido presa. Mas me parece absolutamente incoerente pregar democracia, direitos humanos e ser favorável ao aborto. Exceto se a ministra, professora titular da USP, acreditar que veio a este mundo trazida pela cegonha. Porque se ela aceitar o fato de todos iniciarmos nossa jornada no útero materno, então torna-se insustentável pregar democracia e ser favorável ao aborto.

Todos nós, em atividade orgânica, por princípio democrático, temos que defender a vida intrauterina. Porque um dia, todos nós por ela passamos. E só estamos aqui hoje, porque fomos preservados em uma fase de maior fragilidade. Mas,

enquanto fetos, cada qual já havia iniciado sua existência. Quem for contra pode continuar acreditando na cegonha.

Se pregarmos a realização do aborto, seremos comparáveis àqueles que se esquecem do período crítico por que passaram. Algo como o indivíduo, após sua graduação, mestrado e doutorado, ser contra a educação infantil, dizendo ser desnecessária e simplória. Ou a pessoa, após se curar de um câncer, fazer movimento contra o tratamento das neoplasias malignas, para prevenção de gastos.

"A mulher tem direito sobre seu corpo." Este é outro argumento bastante repetido. Mas como propor que há um direito para uma pessoa e ausência do mesmo direito para outra? O direito do

feto é o mesmo direito da mulher. Ambos têm direito sobre seu corpo. Afinal, todos concordamos, que não somos partes de nossas mães. É evidente que mãe e filho são corpos distintos, seja na fase fetal, seja na fase adulta.

Também é de causar admiração o argumento "é uma questão de saúde pública". Como se esta frase fosse irretorquível para quaisquer outras argumentações. Em sã consciência, quando se trata da administração pública, o que não é questão de saúde pública? As péssimas condições da maioria das rodovias brasileiras, favorecendo milhares de acidentes todos os anos, também não se trata de uma questão de saúde pública? O consumo desenfreado de álcool em nossa sociedade, também não vai terminar em uma questão de saúde pública? A desvalorização do ensino público, favorecendo o desinteresse das crianças e jovens, também não contribui para os números avassaladores do crack? A falta de saneamento, os reiterados deslizamentos das regiões serranas, as inundações anunciadas, a precariedade de hospitais, o sucateamento das forças de segurança, os alarmantes índices de mortes na criminalidade, afinal, tudo, em última instância, não se refere à saúde pública?

A verdadeira questão de saúde pública é a necessidade urgente de uma educação sexual de qualidade para os nossos jo-

vens. Sem preconceitos, com naturalidade e responsabilidade. Afinal, atualmente há distribuição gratuita de contraceptivos, e pode-se constatar que um reduzido empenho se mostra suficiente para que não haja uma gravidez indesejada.

Acima de tudo, tenhamos nós a integridade de cidadania de zelarmos pela fase frágil dos cidadãos em fase gestacional. Retribuamos da mesma forma a proteção que todos nós recebemos, para estarmos aqui, expressando nossa opinião, qualquer seja ela. Afinal, todos sabemos que ninguém é trazido pela cegonha. Parafraseando a ministra, todos temos direito de "lutar e viver".

O direito do feto é o mesmo direito da mulher. Ambos têm direito sobre seu corpo

MARCELO SENEDA

é professor na Universidade Estadual de Londrina

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

JUIZADOS ESPECIAIS 29 FEV 2012

Conselho de Supervisão

reúne-se em Curitiba

Presidente do TJ-PR esteve presente durante encontro na capital



Durante a reunião, o presidente do TJ-PR referendou portarias que dispõem sobre a designação de servidores da Justiça no âmbito dos Juizados Especiais

O desembargador Miguel Kfoury Neto se reuniu na tarde da última segunda (27), com o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, de responsabilidade da 2ª vice-presidência, para apreciar e deliberar sobre diversos assuntos.

Entre eles, está o preenchimento de uma vaga de membro e uma de suplente da 1ª Turma Recursal do Sistema de Juizados Especiais e, de duas vagas de membros e três de suplentes da 2ª Turma Recursal do Sistema de Juizados Especiais. Também foi homologado o convênio firmado entre o TJ, o Juizado Especial da comarca de Salto do Lontra e a Associação Comercial de Nova Prata do Iguaçu.

O presidente do TJ referendou portarias que dispõem sobre a designação de servidores da Justiça no âmbito dos Juizados Especiais e redistribuição dos Recursos da Turma Recursal Única entre membros das Turmas Recursais.

Na reunião também foi aprovada a Ata referente à sessão do Conselho, realizada em 31 de outubro de 2011 e, finalmente, também aprovado o relatório parcial de atividades da 2ª vice-presidência, referente à supervisão-geral do Sistema de Juizados Especiais, do período de fevereiro de 2011 a janeiro de 2012.

29 FEV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Projeto "Bom Rémedio" mobiliza entidade curitibana

A ACGB/Vida Urbana - Associação dos Condomínios Garantidos do Brasil, entidade sem fins lucrativos, realizou mais um repasse de medicamentos para o projeto Bom Rémedio da AMAPAR - Associação dos Magistrados do Paraná. Todos os medicamentos entregues são submetidos a uma triagem ministrada pela JUDICEMED, Divisão de Assistência Médica e Social da AMAPAR, onde são separados por patologia e validade.

Os remédios que estão dentro do prazo de validade, são encaminhados as instituições médicas e hospitais cadastrados pela AMAPAR; já os que não estão dentro do prazo de validade são destinados para descarte correto, que não polua o meio ambiente.

De acordo com a coordenadora da ACGB/Vida Urbana, Deisi Momm Fonseca, "nesta coleta, tivemos uma grande quantidade de medicamentos para diabetes, problemas cardíacos e renais, o que é muito importante para as



Cilene Antunes, presidente da entidade e Deise Momm, coordenadora da entidade.

atuais necessidades das instituições relacionadas no projeto" lembrou.

Se você possui medicamentos em casa que não serão mais utili-

zados por algum motivo, entre em contato com a ACGB/Vida Urbana, através do telefone (41) 3223 7708 ou pelo e-mail: associacao@acgb.com.br.

MP-PR promove audiência pública no Bairro Alto

O Ministério Público do Paraná, por meio da Promotoria de Justiça das Comunidades, realiza, no dia 5 de março, audiência pública no Bairro Alto, em Curitiba. Na reunião serão discutidas pendências relativas às obras do Conjunto Moradias Faxinal, da COHAB, e a implantação do novo CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil) do bairro. A audiência será realizada das 19h às 20h30, na Escola Municipal Kó Yamawald (Rua Epaminondas Santos, 2816, Bairro Alto, Curitiba).

Habitação

De acordo com a promotora de Justiça Swami Mougnot Bonfim, a Promotoria de Justiça das Comunidades passou a acompanhar

a execução das obras do Conjunto Moradias Faxinal, em 2010, quando, em razão do atraso na entrega das casas, a população ribeirinha, que se encontrava em situação de risco, solicitou auxílio do Ministério Público, após várias tentativas frustradas junto à empresa contratada e à COHAB.

"Após a intervenção e acompanhamento da promotoria, mediante a realização de diversas diligências e audiências públicas, as obras foram retomadas agilizando a entrega de 117 casas, em 2011", conta a promotora. A Promotoria de Justiça continua acompanhando o cumprimento total do contrato, com o objetivo de defender os interesses desse grupo de pessoas em situação de

vulnerabilidade familiar, social e econômica.

CMEI

Swami afirma que há uma grande demanda de Centro de Educação Infantil na região. "A construção de um novo CMEI foi, segundo moradores do Bairro Alto, prometida pela Administração Pública Municipal, para implementação durante o ano de 2011, o que não ocorreu, inobstante as diversas solicitações das lideranças locais", diz. "A comunidade reclama a mediação da Promotoria de Justiça junto aos órgãos municipais para reivindicar o cumprimento da promessa, a fim de suprir as necessidades de atendimento educacional infantil."

29 FEV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PEDRO WASHINGTON

Nada especial

Depois de meses exposta à execração pública, por conta de discussões em que a magistratura ficou no meio do tiroteio, o TJ do Paraná resolve adquirir carros para servir aos desembargadores. Uma situação antigamente normal e hoje vista com maus olhos. No entanto, a Justiça tem que voltar a ser respeitada, prestigiada e independente, sem o que se cairá em situações de submissão como as que acossam Argentina e outros países do continente.

Apolo mútuo

A imprensa, hoje exercida com relativa liberdade no país (algumas submissões ao governo são obtidas pela via dos departamentos comerciais), cabe lutar para que esse estado de coisas permaneça e inclusive colaborar para que os vários setores - Tribunais Superiores, Conselhos, MPs e TJs se harmonizem, para defendê-la em eventuais tentativas de supressão de tais liberdades, hoje freqüentes na vizinhança nacional.

Em choque

Curitiba e o Paraná, que de há muito não lembravam que o ex-ministro Milton Luiz Pereira morava ali na Iguazu, sem pompas embora seus altos méritos, acordaram de seu torpor para reverenciá-lo na morte. Não se passa um dia sem que algum fato de sua vida seja rememorado na imprensa.

29 FEV 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente da OAB-PR se reúne com advogados de 10 cidades do Paraná

O presidente da OAB Paraná, José Lucio Glomb, iniciou na segunda-feira (27) um roteiro de viagem que o levará a visitar 10 cidades do interior do Paraná até a próxima segunda-feira (5). Estão programadas cerimônias de compromisso coletivo de novos advogados e encontros com os profissionais do Direito para ouvir os anseios da advocacia, além de apresentar os serviços que têm sido prestados pela Seccional em benefício da categoria. O roteiro teve início em Prudentópolis. Na própria segunda-feira, Glomb presidiu compromisso coletivo em Guaraçuva. Nesta terça-feira (28) participou de compromissos coletivos em Pato Branco e Francisco Beltrão. No dia seguinte estão previstas as cerimônias de juramento em Curitiba e Umuarama; na quinta-feira (1º) será a vez de Cascavel e sexta-feira (2) a solenidade será realizada em Foz do Iguaçu. Ainda na noite de sexta-feira Glomb participará dos eventos comemorativos aos 20 anos de criação da subseção da OAB em Marechal Cândido Rondon. O roteiro de viagem termina na próxima segunda-feira (5), com compromissos coletivos em Maringá e Londrina.

FOLHA DE S. PAULO

RODRIGO CAPEZ

Pinheirinho: ideologia e fatos

O Pinheirinho vale R\$ 500 milhões: ninguém quis pagar a desapropriação, só discursar; o planejamento da ação evitou a exploração política de cadáveres

29 FEV 2012

O Pinheirinho evidenciou a submissão de moradores a interesses ideológicos menos nobres do que o justo direito ao lar.

A Constituição prevê o direito à moradia e também o direito à propriedade. O imóvel, em um Estado democrático de Direito, só pode ser desapropriado mediante indenização prévia e justa, observado o devido processo legal.

Ele não pode ser arrancado do proprietário, seja quem for, para se transformar em moradia para terceiros. Ele deve cumprir a sua função social, mas, com a falência, o falido perde a sua administração.

Em 2004, quando a área foi invadida por pessoas ligadas ao PS-TU, o juiz da falência (18ª Vara Cível de São Paulo) ordenou a desocupação. Um juiz de São José dos Campos suspendeu a ordem sem ter poderes e solicitou ao presidente da República, ao governador e ao prefeito a desapropriação. Desde 2004, nada foi feito.

A possessória foi remetida em definitivo a São José dos Campos e, após recursos, em outubro de 2011, foi ordenada a desocupação.

O Pinheirinho vale R\$ 500 milhões. Fora gastos com infraestrutura e moradias. Como é muito caro, União, Estado e município não o desapropriaram. Ninguém quis pagar a conta. Só discursar.

A União não interveio no processo nem indicou recursos. Foi apresentado um protocolo de intenções do Ministério das Cidades para regularizar a área. Intenções fluidas, não interesse jurídico. Nada se regulariza sem verba. A juíza tentou acordos. A empresa construiria imóveis em outro local. Os líderes recusaram. Queriam confronto; tinham os próprios interesses a defender.

À Justiça Federal, com base em inepto pedido de associação (a União jazia inerte), pretendeu paralisar a reintegração. Só o Superior Tribunal de Justiça poderia fazê-lo.

O Tribunal de Justiça não reconheceu a teratológica ordem federal. Seu presidente, o desembargador Ivan Sartori, recebeu parlamentares do PT e PSOL para buscar solução. Conversamos longamente. Nada de concreto apresentaram.

O juiz da falência, no dia 18 de janeiro, não suspendeu a desocupação. Nem poderia: falência e possessória são processos distintos. Sugeriu à magistrada que o fizesse, sem êxito. O que se faria em 15 dias, sem desapropriação?

Alerte o senador Eduardo Suplicy e o deputado Ivan Valente, que preferiram acreditar no que lhes era conveniente.

O planejamento evitou mortos e feridos graves pela PM. Frustrou quem pretendia explorar politicamente cadáveres. Diante do confronto estimulado pelos líderes, foi preciso retirar os ocupantes, que voltaram para reaver pertences, e encaminhá-los para abrigos e programas sociais.

Encaminhar quem precisava. Havia invasor com cinco alqueires de área e outros que só exploravam, mediante taxa e aluguel, pobres moradores. Há havia um ponto de drogas na região, cracolândia.

Ninguém compactua com abuso policial. Nem com a cobrança de taxas pelos líderes, incitação à violência ou falsas notícias de mortos para desqualificar a ação.

O caso nos sensibilizou. Nós, juízes, lidamos com os mais profundos dramas. Em um despejo por falta de pagamento, porque é direito do locador reaver seu imóvel, o locatário

não terá para onde ir. Ao condenarmos alguém à prisão, sua família ficará ao desamparo. Podemos descumprir a lei por esses motivos?

Dias antes da operação, sugeri ao juiz da falência que parte do Pinheirinho fosse usada para quitar créditos federais contra a falida. Falavam-se em dezenas de milhões. Checamos: só havia um crédito de R\$ 311 mil. Não assentaria ninguém.

Esse processo estava parado há cinco anos por inércia da União! Pedi ao senador Suplicy que o advogado-geral da União levantasse todos os créditos federais e me ligasse com urgência. Até hoje aguardo a ligação.

RODRIGO CAPEZ, 43, é juiz assessor da presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo

29 FEV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Em causa própria

Defensoria Pública de SP tenta derrubar no Supremo acordo que dá à OAB exclusividade para indicar advogados a réus pobres

Chega à pauta do STF (Supremo Tribunal Federal) uma disputa que se trava há anos entre a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e a Defensoria Pública de São Paulo. Trata-se de saber se é constitucional a lei que obriga a Defensoria paulista a fazer um convênio com a OAB para a entidade indicar advogados que atendam o público não alcançado pela Defensoria.

São Paulo foi um dos últimos Estados do Brasil a implementar a Defensoria Pública. Até que o órgão se estruture por completo, é compreensível que advogados particulares atendam quem não tem recursos para arcar com sua defesa.

Esse deveria ser um cenário provisório, contudo. O serviço prestado por defensores concursados e dedicados exclusivamente à função é preferível ao atendimento feito pelos profissionais indicados pela OAB, nem sempre com rígido controle de qualidade. Mas, como é comum no Brasil, o temporário vai ganhando ares de definitivo.

A Defensoria hoje está presente em apenas 10% das comarcas do Estado. Isso põe São Paulo entre os últimos Estados em cobertura do serviço de acesso à Justiça.

A Defensoria paulista tem 70% de seu orçamento consumido pe-

lo convênio com a OAB. Assim, em vez de o acordo servir como expediente provisório para que a Defensoria possa alcançar todas as comarcas do Estado, ele se tornou um empecilho para que isso aconteça com quadros próprios.

Além do mais, não há razão para impor à Defensoria que os advogados recrutados para esses atendimentos sejam indicados só pela OAB. A Defensoria poderia firmar convênios também com universidades, associações e até escritórios de advocacia, em busca de melhoria nos serviços prestados.

Segundo dados do Ministério da Justiça, nos cinco anos posteriores à vigência da emenda 45 houve um salto de desempenho nas Defensorias em todo o Brasil. O número de atendimentos, por exemplo, aumentou 113% no período.

A reforma do Judiciário, realizada pela emenda constitucional 45, inscreveu na Constituição o princípio da autonomia das Defensorias Públicas. Algo fundamental para que o serviço não fique à mercê de pressões indevidas realizadas pelo Poder Executivo, ou por corporações como a OAB.

Para garantir que a autonomia valha também para a Defensoria de São Paulo, o STF deveria declarar inconstitucional a obrigatoriedade do convênio com a Ordem. Espera-se que, com a maior parte de seu orçamento livre da reserva de mercado, a Defensoria robusteça seus quadros e passe, enfim, a atender todos os paulistas.

FOLHA DE S. PAULO

FERNANDO RODRIGUES

O foro é como a cela especial

BRASILIA - Há duas discussões na praça sobre o foro privilegiado para autoridades. Acabar com o sistema resolve ou não a impunidade crônica para uma certa parcela da elite política? A outra indagação é se essa norma é justa.

Uma análise complacente produz duas respostas no estilo do brasileiro cordial. Primeiro, acabar com o foro privilegiado não vai resultar no fim da impunidade. Segundo, seria uma imprudência submeter o presidente da República ou altas autoridades a um tratamento temerário em varas comandadas por magistrados de primeira instância.

Esses dois argumentos são falácia pura. É claro que acabar com o foro privilegiado não produziria o fim imediato da impunidade. Mas teria um efeito pedagógico para a sociedade. Ajudaria a construir um valor republicano ainda em falta na jovem democracia brasileira: todos são e devem ser iguais perante a lei.

Já o notório baixo nível, na média, dos juízes de primeira instância é uma realidade. Mas defender o foro privilegiado usando esse ponto de vista é admitir a derrota do Estado. É como justificar a ignomínia maior que é a cela especial separada para quem tem curso superior.

A eliminação do foro privilegiado para autoridades chamará a atenção para o estado de depauperação de certos setores do Judiciário em primeira instância. No dia em que um juiz do interior mandar prender um deputado ou até o presidente sem ter amparo legal, as coisas começarão a mudar.

Não faz muito tempo, membros de uma igreja processaram a jornalista Elvira Lobato em dezenas de cidades. Era uma tentativa de intimidar a repórter e a **Folha**, onde saíram as reportagens contestadas. Tratou-se de clara chicana jurídica —mas o governo Lula, à época, não viu nada de errado. No dia em que a elite política for tratada pelos juízes como todos os outros cidadãos, a Justiça começará a melhorar.

29 FEV 2012

FOLHA DE S. PAULO

ELIO GASPARÍ

Uma bandeira para a OAB: Diretas-Já

Na Ordem dos Advogados,
os 598 votos de Roraima
valem o mesmo que os
696 mil de São Paulo

29 FEV 2012

ESTÁ NA Comissão de Justiça da Câmara um projeto do deputado Hugo Leal (PSC-RJ) que reabre o debate das eleições diretas para a direção nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. Ao tempo em que a OAB era presidida por Raymundo Faoro e confundia-se com a luta pelas liberdades democráticas, ela foi para a rua na defesa de eleições diretas para a Presidência da República.

Passados 29 anos do início da campanha das Diretas-Já, a diretoria do Conselho Federal continua a ser escolhida por meio de um sistema no qual 81 conselheiros federais, representando as 27 seções estaduais da Ordem, escolhem a direção do órgão.

Resultado: as seccionais de Roraima e do Amapá, onde há 1.770 advogados, 0,26% de um universo de 696 mil doutores, têm o mesmo peso que as de São Paulo e do Rio, onde há 348 mil eleitores, com 50% da categoria.

O sistema da OAB, como o das indiretas que Faoro e o país combateram, permite que se saiba, com razoável antecipação, quem será seu próximo presidente. Um bom palpite para a eleição de novembro próximo será a escolha do atual secretário-geral, Marcus Vinicius Furtado Coelho.

Pelo ritual de hoje, os advogados de cada Estado elegem diretamente três conselheiros federais, e eles escolhem a diretoria da instituição. A nova diretoria precisa de 42 votos e pode consegui-los nas bancadas de Estados que, juntos, não somam 20% dos advogados com carteira na Ordem.

Contra a ideia das diretas circula o mesmo argumento que defendia o sistema da ditadura: se a manada ficar solta, São Paulo e o Rio de Janeiro tomarão conta de tudo. Ele é falso. Parte da premissa de que todos os advogados desses dois Estados votariam na mesma chapa federal. Numa eleição direta, o advogado vota numa chapa para a seccional, mas pode votar em qualquer outra no pleito federal. A última eleição paulista teve quatro chapas na disputa, e a vencedora bateu a segunda colocada por 33 mil votos contra 31 mil.

Hoje a OAB federal e algumas de suas seccionais tornaram-se empreendimentos milionários que mobilizam interesses bem diversos daqueles que levavam Raymundo Faoro a batalhar pelo restabelecimento do habeas corpus.

O Conselho de Ética da seccional paulista absolveu sete advogados acusados de dupla militância com o Primeiro Comando da Capital.

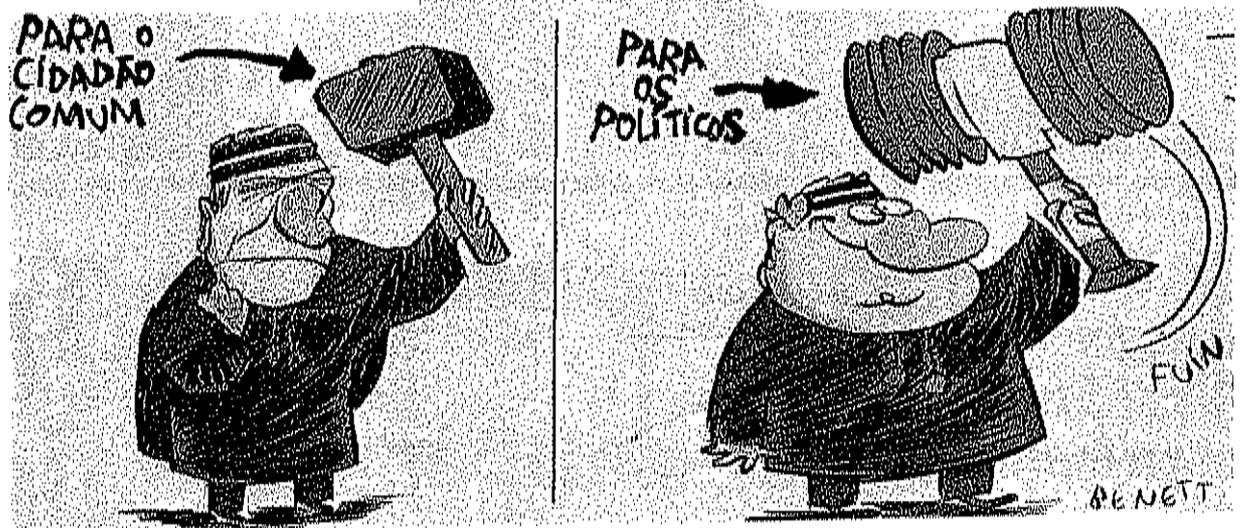
Isso para não falar no vexame do Conselho Federal, que viu rebarbada uma lista sêxtupla de candidatos a uma vaga no Superior Tribunal de Justiça. Um dos indicados pela OAB paulista para o lugar de desembargador havia sido reprovado nove vezes em concursos para juiz de primeira instância. Outro, no Rio, juntara documentos falsos ao seu processo.

Um pedaço da cúpula da Ordem flertou com o sistema de voto de lista proposto no projeto de reforma política do comissariado petista. Em 2007, por pouco a OAB não foi colocada a reboque de um projeto de reformas plebiscitárias concebido no Planalto.

Metendo-se em episódios burlescos que têm mais a ver com a natureza humana do que com a defesa das prerrogativas dos advogados, a OAB arrisca ficar como a Portela: tem um passado cheio de glória, mas desde 1984 não ganha um Carnaval. Eleição direta não melhora desfile de escola de samba, mas pode melhorar a Ordem dos Advogados.

29 FEV 2012
FOLHA DE S. PAULO

JUSTIÇA



29 FEV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Corregedora volta a atacar 'vagabundos' do Judiciário

Calmon diz que Justiça enfrenta crise ética

Em meio às críticas sobre sua atuação no Conselho Nacional de Justiça, a corregedora Eliana Calmon disse ontem que os juízes "decentes" do país não podem ser confundidos com "meia dúzia de vagabundos" infiltrados na magistratura brasileira.

Em audiência na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Calmon disse que as investigações devem ocorrer em vários setores para apontar as falhas do Judiciário.

"Precisamos abrir em diversos flancos para falar o que está errado dentro da nossa casa. Faço isso em prol dos magistrados sérios, decentes, que não podem ser confundidos com meia dúzia de vagabundos que estão infiltrados na magistratura."

A corregedora fez diversas críticas à atuação de juízes. Ela disse que o Judiciário vive uma "crise ética".

"É difícilimo um tribunal julgar desembargador. Se ele tem a simpatia do colegiado, e os malandros são sempre extremamente simpáticos, o tribunal não tem poderes para julgar. Não tenho medo dos maus juízes, mas do silêncio dos bons juízes que se calam na hora do julgamento."

29 FEV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Diário da Justiça da Paraíba publica carta com teor sexual

Autora da carta pediu exoneração de
Tribunal do Trabalho de João Pessoa

Marta, que afirma gostar de sexo, deu o fora em seu amante porque descobriu que ele também está saindo com Jamile. Revoltada, ela devolveu até o iPhone que havia ganhado de presente.

Esse enredo de novela foi acompanhado pelos leitores do "Diário Oficial" do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com sede na Paraíba, que publicou por engano uma carta picante escrita por uma servidora em espaço que deveria trazer o resultado de ação que corre na 2ª Vara do Trabalho de João Pessoa.

O texto foi publicado no dia 16 de fevereiro e ontem ainda estava no site oficial que disponibiliza o Diário Nacional da Justiça do Trabalho.

O conteúdo dá a entender que a remetente, uma mulher que assina como Marta, tem a intenção de mais uma vez terminar o relacionamento com seu amante, o destinatário da carta, porque desta vez ele está saindo com outra.

Em meio a acusações contra o amante, a remetente diz que "não curte sexo a três".

O TRT da 13ª Região disse que um processo administrativo será aberto para apurar a ocorrência e que a autora da carta, uma servidora comissionada, pediu exonera-

MÔNICA BERGAMO

PARA QUE EU TE ESCUTO

O Disque Denúncia de SP recebeu 13.439 relatos em janeiro, dos quais 49% foram sobre tráfico, 8% sobre jogos de azar e 4% sobre maus tratos a crianças. Em quarto, pelo terceiro mês consecutivo, crimes de crueldade contra animais, que recebeu 404 denúncias. Entre novembro e janeiro, houve 1.066 denúncias sobre bichos.

TE ESCUTO 2

Das 71.372 denúncias de 2011 sobre tráfico de drogas, 43% são do interior. "Rotas de menor visibilidade e policiamento são mais facilmente aproveitadas para o crime, por isso é importante a denúncia anônima", diz Mário Vendrell, do Instituto SP Contra Violência, que mantém o Disque Denúncia 181.

PAINEL DO LEITOR

Impunidade

Quero parabenizar a Folha pelo caderno "Folha Transparência" (26/2), que foi bastante elucidativo. O material apresentado nos mostrou que precisamos reforçar a nossa democracia. Além da propalada reforma política, é preciso haver também de uma super-reforma em nosso Judiciário.

CLOVIS DEITOS (Campinas, SP)

29 FEV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Justiça libera contas de acusado de fraude no PanAmericano

Luiz Sandoval, ex-presidente do Grupo Silvio Santos, foi beneficiado com liminar

FLÁVIO FERREIRA
JULIO WIZIACK
TONI SCIARRETTA
DE SÃO PAULO

O TRF (Tribunal Regional Federal) da 3ª Região liberou parte dos bens de Luiz Sandoval, ex-presidente do Grupo Silvio Santos, que tinham sido bloqueados pela Justiça em razão da investigação das fraudes no PanAmericano.

É a primeira vitória importante na Justiça de um dos acusados pela Polícia Federal de envolvimento na maquiagem dos balanços contábeis do banco. O esquema gerou um desfalque de R\$ 4,3 bilhões à instituição, que foi socorrida pelo FGC (Fundo Garantidor de Créditos).

Além de abrir precedente aos outros acusados, a decisão poderá inviabilizar o pedido da PF para vender o patrimônio sequestrado dos acusados e ressarcir a União.

Sandoval conseguiu desbloquear os valores depositados em contas bancárias anteriormente a 2006. A liberação ocorreu sob o argumento de que as fraudes investigadas são posteriores a 31 de dezembro de 2005. A decisão, em caráter liminar (provisó-

rio), é da juíza Sílvia Rocha.

Na decisão não é mencionado o montante desbloqueado. O valor seria referente ao patrimônio construído em "mais de quarenta anos de trabalho", diz a defesa.

No texto, a juíza afirmou que o congelamento das contas bancárias fora do período investigado era "desproporcional" e não razoável.

DEFESA

Advogado de Sandoval, Alberto Zacharias Toron considerou "justo" o desbloqueio.

"A decisão repele a ideia de que Sandoval tenha praticado crime de lavagem de dinheiro e realça o entendimento do delegado de que ele não participou da fraude relativa à artificial elevação dos ativos financeiros", afirmou.

O executivo não foi indiciado por lavagem de dinheiro, mas por formação de quadrilha e gestão fraudulenta.

A PF pediu à Justiça a venda de 32 bens dos indiciados no caso PanAmericano para "descapitalizar a organização criminosas" e ressarcir a União por supostos prejuízos.

Entre os bens, estão R\$ 21,1 milhões nas contas bancárias dos 22 acusados pela polícia.

29 FEV 2012

FOLHA DE S. PAULO

Promotoria do Acre apura supostas cartas de ameaças de Hildebrando

Correspondências foram enviadas a promotora e a magistrada

O Ministério Público do Acre abriu investigação para apurar supostas ameaças feitas pelo ex-deputado e ex-coronel da Polícia Militar Hildebrando Pascoal, 60, a uma procuradora e a uma desembargadora do Estado por meio de cartas.

O órgão vai investigar se as cartas, escritas à mão e enviadas via Sedex em novembro de 2011, são mesmo de autoria do ex-deputado.

Hildebrando está preso em regime fechado há 12 anos e acumula penas que somam mais de cem anos de reclusão, referentes a condenações por homicídios, porte ilegal de armas, tráfico de drogas e compra de votos.

Entre os casos está o assassinato de um homem, conhecido como Baiano, que ainda vivo teve braços e pernas cortados por uma motosserra.

O autor das cartas, que assina como Hildebrando, pede à procuradora Vanda Nogueira, cunhada dele, R\$

6.000 para manter seus filhos e netas. Também a acusa de prejudicá-lo após não ter sido escolhida candidata a deputada estadual, como revelou reportagem do jornal "O Estado de S. Paulo".

Hildebrando foi eleito deputado federal em 1998 pelo PFL (atual DEM) e deixou o partido no ano seguinte.

AMEAÇAS

Na correspondência enviada à desembargadora Eva Evangelista, o autor cita jantares em que supostamente trocavam informações sigilosas do Judiciário.

Ele afirma ter presenciado a procuradora entregar a Evangelista gabarito de concurso do Ministério Público em que a filha da magistrada era candidata.

A promotora e a magistrada não se manifestaram sobre as ameaças.

As ameaças de Hildebrando ocorreram após ele ter perdido a patente de coronel da PM acriana e a remuneração correspondente, em setem-

bro de 2011. Evangelista atuou no julgamento.

A procuradora-geral do Estado, Patrícia Rêgo, disse que o alvo da apuração são as supostas ameaças, e não as acusações contra as autoridades.

Segundo a procuradora-geral, houve pedido de exame grafotécnico das cartas, ainda não concluído pela impossibilidade de obter amostra da grafia de Hildebrando.

Ele está internado em um hospital em Rio Branco desde janeiro. Ele não tem advogado nem defensor público.

De acordo com Rêgo, Hildebrando pode pedir a remissão para regime semiaberto a partir de 2014, quando completará 15 anos preso.

Em razão das supostas ameaças, a Promotoria pediu a prisão preventiva do ex-deputado, o que pode impedir a progressão de regime.

Ontem, o Conselho Nacional do Ministério Público recebeu petição de Hildebrando contra a procuradora. O documento será analisado pelo corregedor-geral.



29 FEV 2012

Glomb, presidente da OAB-PR: Justiça tem outras necessidades.

OAB critica compra de carros pelo TJ; juízes a defendem

Daniela Neves e
Kamila Mendes Martins

A compra de 90 carros pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) para transportar os desembargadores de casa para o trabalho recebeu ontem críticas — pelo fato de o Judiciário estadual ter outras áreas que precisam de recursos prioritariamente. Mas também houve apoio, pela importância de se investir na segurança dos magistrados.

Para o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR), José Lúcio Glomb, a aquisição dá razão a quem afirma que o Judiciário aplica mal os próprios recursos. "Nós estamos precisando criar mais cargos de juízes, dar uma atenção muito grande à primeira instância, às condições dos fóruns. É preciso contratação de pessoal, não só de juízes, mas também na área de informática", diz ele.

Glomb chama a atenção para outro ponto relativo ao gasto de R\$ 4,5 milhões: o tempo em que esses carros e motoristas ficarão

parados ao longo do dia. "Não é possível que tenhamos um número extraordinário de motoristas para os desembargadores, já que a maior parte do dia esses carros e motoristas ficarão sem utilidade."

A justificativa dada pelo presidente do TJ-PR, Miguel Kfourri Neto, de que a aquisição dos veículos é necessária para a segurança dos desembargadores foi também rebatida pelo advogado. "Se houver ameaça, aí sim deverá adotar todas as cautelas para sua segurança, até mesmo com a utilização de carros blindados. Não me consta que tenha ocorrida qualquer tipo de ameaça que justificasse essa medida", declarou o presidente da OAB-PR.

Mas, para o presidente da Associação Paranaense dos Juízes Federais, Anderson Purlan, os carros podem sim dar mais proteção aos desembargadores. "É um imperativo de segurança que existam veículos oficiais para transportar magistrados, desde que exclusivamente em serviço." Ele

lembra o caso da juíza do Rio de Janeiro, Patrícia Accioli, assassinada no próprio carro no caminho entre a casa e o Fórum.

O diretor da secretaria de segurança da Associação dos Magistrados do Brasil, Getúlio Corrêa, diz que há orientação para que os tribunais de justiça invistam no reforço da segurança. "Há inclusive uma resolução do CNJ neste sentido, pedindo a segurança física dos magistrados e das instalações. Em alguns tribunais estão sendo comprados até carros blindados." Corrêa enfatiza que não conhece a situação específica do TJ-PR, mas diz que se a compra dos novos veículos está sendo realizada com esse objetivo, seria um gasto justificado.

Recusa

Internamente no TJ, a necessidade da compra não é unanimidade. Pelo menos dois desembargadores já recusaram os carros a que tinham direito: Augusto Lopes Côrtes e José Maurício Pinto de Almeida.

29 FEV 2012

GAZETA DO POVO

COLUNA DOS LEITORES

"Não é necessário renovar a frota de carros do TJ. Esse dinheiro poderia ser gasto em educação, saúde ou varas das comarcas do interior do estado." **Jeniffer Silva.**

Frota do TJ1

Sem sombra de dúvidas não é necessário renovar a frota de carros do TJ, pois todo esse dinheiro poderia ser gasto em algo útil, como, por exemplo, educação, postos de saúde, varas das comarcas do interior do estado, que sofrem carências sérias de equipamentos, estrutura e sistemas de informática (Gazeta, 28/2). Com certeza isso é mais necessário do que comprar carros luxuosos para magistrados, que já possuem uma vida de luxo por causa do salário que ganham.

Jeniffer Silva

Frota do TJ2

Concordo com que juízes e desembargadores devam ter alguma espécie de proteção pela função que exercem. O grande problema é que eles vivem em outro mundo. Até quando a sociedade vai aceitar esses disparates? Até quando os ocupantes dos três Poderes acham que podem locupletar-se da coisa pública sem medidas? A sociedade organizada tem de se pronunciar, mostrar a sua indignação e repúdio por esses comportamentos.

Maurício Sens

29 FEV 2012

GAZETA DO POVO

LEGISLATIVO STF PROÍBE HAVER MAIS INDICADOS DO QUE CONCURSADOS

MP manda Câmara de Curitiba reduzir os comissionados

O Ministério Público Estadual dará um prazo de 90 dias, a contar de hoje, para que a Câmara de Curitiba demita o excesso de servidores comissionados (cargos de indicação política, não concursados) ou então abra concurso público para substituí-los por funcionários efetivos. O MP segue decisão do Supremo Tribunal Federal de que os legislativos não podem ter mais comissionados do que concursados. Atualmente a Câmara tem 541 cargos comissionados e 228 efetivos – ou seja, aproximadamente dois indicados políticos para cada funcionário concursado. A recomendação do MP chegará ao Legislativo da capital exatamente no dia em que os vereadores devem aprovar a estrutura de cargos para 2012.

FUNCIONALISMO

Câmara terá de demitir excesso de comissionados

MP recomenda que Legislativo de Curitiba iguale o número de funcionários de indicação política ao de concursados. Caso contrário, ingressará na Justiça. Hoje, a Casa tem 541 cargos em comissão e apenas 228 efetivos

*Rogério Waldrigues Galindo
e Maria Glzele da Silva,
da sucursal de Ponta Grossa*

O Ministério Público Estadual (MP) fará hoje uma recomendação à Câmara de Curitiba para que, em 90 dias, demita o excesso de servidores comissionados (cargos de indicação política) ou então abra concurso público para começar a substituí-los por funcionários efetivos.

A promotoria de Proteção ao Patrimônio Público do MP justifica que o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que os legislativos não podem ter mais comissionados do que concursados. E diz que, caso não haja

mudanças, os atuais gestores da Câmara poderão responder judicialmente. O MP diz que está orientando as promotorias do interior a ficar atentas ao problema em todas as câmaras municipais.

Recentemente, julgando o caso da Câmara de Blumenau, o STF determinou que os legislativos têm de ter, no máximo, número de comissionados igual ao de concursados, nunca superior. Na Câmara de Curitiba, por exemplo, há 541 servidores comissionados e 228 efetivos. Ou seja, há aproximadamente dois contratados por indicação política para cada funcionário que passou por concurso público.

Estrutura de cargos

A recomendação do MP para diminuir o excesso de comissionados chegará à Câmara de Curitiba hoje, exatamente no dia em que os vereadores devem aprovar a estrutura de cargos para 2012. Todos os anos, no primeiro mês de trabalho legislativo, a Câmara vota a quantidade de contratados sem concurso a que cada um dos 38 gabinetes de vereador terá direito. Em 2012, a proposta que será votada prevê 363 cargos nos gabinetes. Cada vereador tem direito de 5 a 11 cargos.

A promotora Danielle Gonçalves Thomé, da 3.ª Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público de Curitiba, autora da recomendação, acredita que o prazo de 90 dias é suficien-

te para a alteração do quadro de servidores. "O prazo para dar um encaminhamento inicial é suficiente. Se dentro dos 90 dias a Câmara apenas der início ao processo de um concurso e comunicar ao Ministério Público sobre o andamento, já é suficiente", explica ela.

Caso contrário, o MP poderá ajuizar uma ação civil pública contra a Câmara. A recomendação específica que "o não atendimento à presente recomendação acarretará a tomada das medidas legais necessárias à sua implementação e que a manutenção da desproporcionalidade entre cargos efetivos e cargos de livre nomeação e exoneração poderá ensejar a configuração de ato de improbidade administrativa, com a consequente responsabilização do agente público respectivo no âmbito municipal".

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Promotoria recomendará exonerações em todo o PR

Em nota, o Ministério Público Estadual (MP) informou ontem que o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Proteção ao Patrimônio Público vai encaminhar ofício a todas as promotorias do estado para que adotem medidas cabíveis com relação ao excesso de funcionários comissionados nas câmaras municipais paranaenses.

Como as promotorias têm autonomia, nem todas as câmaras foram alvo de ações até o momento. As medidas podem ser tanto judiciais, por meio de ações, quanto administrativas — como a recomendação à Câmara de Curitiba.

A Associação das Câmaras Municipais do Paraná (Acampar) não concorda com a redução dos comissionados e vem estudando medidas para reagir às ações judiciais do MP.

Não há lei específica que trate da proporção do número de funcionários contratados por indicação política e por concurso nas câmaras. Mas, desde que o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a Câmara de Blumenau (SC) equalizasse a quantidade de comissionados e concursados, uma série de ações tem sido ajuizadas no Paraná e no país para promover a proporcionalidade do quadro.

29 FEV 2012

Segundo o presidente da Acampar, Bento Batista da Silva, até o fim desta semana o departamento jurídico da entidade deve se manifestar sobre as ações. Segundo ele, a entidade já realizou reuniões em alguns municípios do estado. "Já coletamos dados e agora estamos decidindo o que fazer. Somos a favor dos concursos, mas também somos a favor da manutenção dos cargos comissionados", afirma.

A proposta de Silva é de que as câmaras tenham funcionários concursados para cargos administrativos e comissionados para assessoria parlamentar. "O assessor parlamentar fica no lugar do vereador quando ele não está e, portanto, tem que ter toda a confiança do vereador para atender bem à população."

CONTINUA

Maringá e Apucarana já estão reduzindo o número de funcionários

As câmaras municipais de Maringá e Apucarana, no Norte do Paraná, providenciam a exoneração de comissionados. As duas casas assinaram termos de ajustamento de conduta com as promotorias locais para equilibrar o quadro de funcionários efetivos e em cargos em comissão. Em Londrina, no Norte, a presidência da Câmara já respondeu ao ofício com pedido de informações feito pelo Ministério Público sobre a situação dos comissionados. Já em Ponta Grossa, nos Campos Gerais, onde a Justiça decretou a readequação sob pena de multa, a presidência da Câmara decidiu recorrer ao Tribunal de Justiça para manter o número sem modificações.

O edital do concurso público para o preenchimento de 19 vagas na Câmara de Apucarana está em processo de finalização. A Casa tem hoje 43 comissionados e cinco efetivos. Mesmo com o concurso, a presidência terá de exonerar 19 comissionados. "Nós vamos atender ao termo assinado com a promotoria e, até 31 de maio, esta-

remos regularizados", adiantou o presidente do Legislativo da cidade, vereador Alcides Ramos Júnior (DEM). Em Maringá também estão ocorrendo exonerações desde novembro do ano passado, quando foi assinado o termo de compromisso.

Em Londrina, a promotoria deve se manifestar até o próximo dia 5 sobre as medidas a serem tomadas. Em Guarapuava (região Central) e em Foz do Iguaçu (Oeste) também estão sendo estudadas que medidas o MP vai tomar com relação aos legislativos.

Já em Ponta Grossa, o presidente da Câmara, vereador Maurício Silva (PSB), adiantou que irá entrar com agravo de instrumento no Tribunal de Justiça contra a ordem judicial que determinou as demissões. Recentemente, a Justiça local determinou a redução do número de comissionados, que hoje é de 75 (a Casa tem 33 efetivos). Segundo ele, a medida foi tomada porque ainda não há um consenso jurídico sobre a prática de contratação dos comissionados.

Presidente diz não ter solução por enquanto

O presidente Interino da Câmara de Curitiba, Sabino Picolo (DEM), afirmou ontem desconhecer a recomendação do Ministério Público para que seja feita a redução de comissionados na Casa. "Se receber, vou me reunir com os integrantes da Mesa Executiva e decidir o que iremos fazer", afirmou.

Picolo disse que a Câmara vem discutindo o assunto desde que houve a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a necessidade de reduzir o número de comissionados em Blumenau (SC). Mas admite que ainda não houve avanços na tentativa de descobrir como resolver o problema por enquanto.

Assembleia

Para ele, no entanto, é importante ressaltar que o Legislativo da capital "não está sozinho" no número alto de comissionados. "Veja a Assembleia Legislativa (do Paraná): eles têm 23 funcionários em cada um dos 56 gabinetes e um número muito menor de concursados", afirma.

"Se dentro dos 90 dias, a Câmara apenas der início ao processo de um concurso e comunicar ao Ministério Público sobre o andamento, já é suficiente."

Danielle Gonçalves Thomé, promotora.

29 FEV 2012

GAZETA DO POVO

ELIO GASPARI

Uma bandeira para a OAB: Diretas Já

Está na Comissão de Justiça da Câmara um projeto do deputado Hugo Leal (PSC-RJ) que reabre o debate das eleições diretas para a direção nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. Ao tempo em que a OAB era presidida por Raymundo Faoro e confundia-se com a luta pelas liberdades democráticas, ela foi para a rua na defesa de eleições diretas para a presidência da República. Passados 29 anos do início da campanha das "Diretas Já", a diretoria do Conselho Federal continua a ser escolhida por meio de um sistema no qual 81 conselheiros federais, representando as 27 seções estaduais da Ordem, escolhem a direção do órgão. Resultado: as seccionais de Roraima e do Amapá, onde há 1.770 advogados, 0,26% de um universo de 696 mil doutores, têm o mesmo peso que as de São Paulo e do Rio, onde há 348 mil eleitores, com 50% da categoria.

O sistema da OAB, como o das indiretas que Faoro e o país combateram, permite que se saiba, com razoável antecipação, quem será o seu próximo presidente. Um bom palpíte para a eleição de novembro próximo será a escolha do atual

secretário-geral, Marcus Vinicius Furtado Coelho. Pelo ritual de hoje, os advogados de cada estado elegem diretamente três conselheiros federais e eles escolhem a diretoria da instituição. A nova diretoria precisa de 42 votos e pode conseguir os nas bancadas de estados que, juntos, não somam 20% dos advogados com carteirinha da Ordem.

Contra a ideia das diretas circula o mesmo argumento que defendia o sistema da ditadura: se a manada ficar solta, São Paulo e o Rio de Janeiro tomarão conta de tudo. Ele é falso. Parte da premissa de que todos os advogados desses dois estados votariam na mesma chapa federal. Numa eleição direta, o advogado vota numa chapa para a seccional, mas pode votar em qualquer outra no pleito federal. A última eleição paulista teve quatro chapas na disputa e a vencedora bateu a segunda colocada por 33 mil votos contra 31 mil.

Hoje a OAB federal e algumas de suas seccionais tornaram-se empreendimentos milionários que mobilizam interesses bem diversos daqueles que levavam Raymundo Faoro a batalhar pelo restabelecimento do *habeas corpus*.

O Conselho de Ética da seccional paulista absolveu sete advogados acusados de dupla militância com o Primeiro Comando da Capital. Isso para não se falar no vexame do Conselho Federal, que viu rebarbada uma lista sextupla de candidatos a uma vaga no Superior Tribunal de Justiça. Um dos indicados pela OAB paulista para o lugar de desembargador havia sido reprovado nove vezes em concursos para juiz de primeira instância. Outro, no Rio, juntara documentos falsos ao seu processo. Um pedaço da cúpula da Ordem flertou com o sistema de voto de lista proposto no projeto de reforma política do comissariado petista. Em 2007, por pouco a OAB não foi colocada a reboque de um projeto de reformas plebiscitárias concebido no Planalto.

Metendo-se em episódios burlescos que têm mais a ver com a natureza humana do que com a defesa das prerrogativas dos advogados, a OAB arrisca ficar como a Portela: tem um passado cheio de glória, mas desde 1984 não ganha um carnaval. Eleição direta não melhora desfile de escola de samba, mas pode melhorar a Ordem dos Advogados.

29 FEV 2012

GAZETA DO POVO

PINGA-FOGO

"É difícilimo um tribunal julgar desembargador. Se ele tem a simpatia do colegiado, e os malandros são sempre extremamente simpáticos, o tribunal não tem poderes para julgar. Eu não tenho medo dos maus juizes, mas do silêncio dos bons juizes que se calam na hora do julgamento."

De Ellana Calmon, Corregedora Nacional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), durante audiência pública no Senado.



29 FEV 2012

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Eleição no MP

Três candidatos vão disputar o cargo de procurador-geral de Justiça do Paraná, ocupado hoje por Olympio de Sá Sotto Maior Neto, para o período entre 2012 e 2014. São candidatos ao cargo os procuradores de Justiça Gilberto Giacóia e Mário Sérgio de Albuquerque Schirmer e o promotor de Justiça Fuad Chafic Abi Faraj. A eleição interno do Ministério Público será no dia 14 de março. Mas não necessariamente o mais votado será o novo procurador-geral. A palavra final caberá ao governador Beto Richa (PSDB), que poderá escolher qualquer um deles.

29 FEV 2012

GAZETA DO POVO

VIOLÊNCIA

Morador de rua é queimado em Curitiba

Fernanda Leitões e Helberton Cesca

! O morador de rua Ygor Holowka, 30 anos, teve o corpo queimado em Curitiba ontem pela manhã. A vítima foi socorrida e encaminhada para o Hospital Evangélico. O incidente ocorreu na Rua Desembargador Ermelino de Leão, no Centro, por volta das 6h30.

Holowka dormia quando atearam fogo no corpo dele, por isso não soube dizer de quem seria a autoria do ato. Ele mora na rua há três anos. A vítima, com queimaduras de segundo grau no tórax e nas mãos, foi operada e o estado de saúde é estável. A Delegacia de Homicídios cuida do caso. Os investigadores, porém, tiveram dificuldades porque Holowka teria demonstrado sinais de alucinações e admitiu ser viciado em drogas. O morador de rua já foi preso por furto e foi liberado no último dia 24, após conseguir um alvará de soltura.

No último domingo, um mendigo morreu no Distrito Federal, após ter mais de 60% do corpo queimado e outro continua em estado grave no hospital. Um grupo de jovens é suspeito de ter ateado fogo.

CASO MÉRCIA

Mizael ficará preso em sala especial

! A Justiça concedeu ontem o direito a uma sala de estado-maior para o advogado e policial militar aposentado Mizael Bispo de Souza, acusado de matar a ex-namorada Mércia Nakashima em 2010. Mizael está no presídio militar Romão Gomes desde a última sexta-feira, quando se entregou à Justiça após mais de um ano foragido. O benefício foi concedido pelo juiz da Vara do Júri de Guarulhos, Leandro Jorge Bittencourt Cano. Mizael tem direito à sala, que não pode ter grades, por ser advogado. Caso não haja vaga ele poderá ficar em prisão domiciliar. O Estado tem sete dias para cumprir a ordem judicial.

COLUNA DO LEITOR

Condenação por bullying

Parabéns à Justiça de Ponta Grossa por condenar os pais de meninas praticaram bullying contra uma colega de classe (Gazeta, 28/2). Que isso sirva de exemplo para juízes e promotores, que acabem com a impunidade geral no país, e que os pais repreendam seus filhos por atos por eles cometidos.

Maria José Kirst da Silveira

AUDIÊNCIA

Advogado é preso por desacato

! Um advogado de Curitiba foi preso na noite da última segunda-feira enquanto defendia um cliente durante uma audiência de instrução de julgamento em Goioerê, no Centro-Oeste do Paraná. Segundo a Polícia Civil, a ordem partiu da juíza que conduzia a sessão. O detido teria desacatado a magistrada, além de não ter obedecido às ordens dela.

No momento da prisão, o criminalista estava defendendo um cliente acusado de tráfico de drogas. O advogado (que teve o nome preservado) foi autuado em flagrante pelos crimes de desacato, desobediência, calúnia e injúria e encaminhado à delegacia de Goioerê após o término da audiência.

"O [advogado] detido mencionou que não tinha condições financeiras. Então, foi estipulado o preço de um salário mínimo como fiança", explicou o delegado Fábio Machado dos Santos. Após pagar o valor, ele foi liberado.

GAZETA DO POVO

29 FEV 2012

Vereador de Curitiba é detido por desacato a policiais

Uma confusão envolvendo o vereador de Curitiba Emerson Prado (PSDB) virou caso de polícia na madrugada de segunda-feira. Após ser flagrado discutindo com uma mulher dentro de um carro, o vereador foi detido e encaminhado ao Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão (Ciac-Sul) por desacato a policiais militares.

De acordo com a Polícia Militar (PM), o caso ocorreu próximo do Terminal do Capão da Imbuia, em Curitiba. Um guincheiro do Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTran) seguia para uma ocorrência quando recebeu a denúncia de que havia um casal discutindo e brigando dentro de um carro estacionado em uma rua do bairro.

Ao chegar no local, o policial teria sido desacatado ao realizar a abordagem e foi obrigado a pedir reforço. Os policiais que chegaram para dar apoio também foram desacatados por Prado, segundo a PM. Diante da situação, o vereador foi encaminhado ao Ciac-Sul, no bairro Portão, para prestar esclarecimentos. A PM não deu detalhes sobre a forma como Prado teria respondido a intervenção policial e se ele chegou a ser algemado.

Prado compareceu à sessão da Câmara de Vereadores de Curitiba ontem, mas informou à imprensa que não iria comentar o assunto.

PATRIMÔNIO

Sede da FPF corre o risco de ir a leilão

Por determinação da Justiça, a sede da Federação Paranaense de Futebol deverá ir a leilão no dia 9 de março. A nova ação, como no caso do quase leilão do Pinheirão, em outubro do ano passado, é também relativa a dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social, no valor de cerca de R\$ 4 milhões.

A sede da FPF, contudo, foi avaliada em R\$ 2,7 milhões. É neste ponto que a entidade tentará adiar a venda. Por considerar o valor inferior ao de mercado, o jurídico da Federação entrou com um pedido de impugnação do leilão. Esta é apenas mais uma ação entre as 165 que estão na cartilha da entidade. Apenas para o INSS o montante ultrapassaria os R\$ 40 milhões.

DECISÃO JUDICIAL

Dona de aves consegue guarda de animais

A Justiça Federal em Santa Catarina anulou uma multa ambiental e determinou que dois papagaios e três cacatuas continuem sob os cuidados de sua proprietária. De acordo com o juiz que analisou o caso, os animais eram criados de "forma equiparável aos seres humanos" por ela, e o Ibama fez "uso desproporcional do poder de polícia ambiental". Os animais haviam sido apreendidos no dia 15 de setembro de 2010. O Ibama constatou problemas na documentação de apenas uma das cinco aves, mas mesmo assim apreendeu todas e aplicou multa de R\$ 30 mil. A dona afirma que herdou os animais do pai e que todos tinham sido comprados de criadores autorizados.

29 FEV 2012

JUSTIÇA GAZETA DO POVO

Massagista penhora aluguel da Vila Capanema

Dívida de R\$ 526 mil
faz Tribunal Regional
do Trabalho bloquear
receita paranista pela
cessão do Durlival

Britto ao Atlético

Cícero Bittencourt,
especial para a Gazeta do Povo

O Paraná depende de um acordo para não ver escapar por entre os dedos o dinheiro que poderia dar um fresco para o deficitário cofre tricolor. A receita que o clube arrecadará com o aluguel da Vila Capanema para o Atlético mandar os seus oito jogos no Campeonato Paranaense — cerca de R\$ 400 mil — foi penhorada pela Justiça devido a uma dívida com um antigo funcionário.

O valor de R\$ 50 mil pagos pela diretoria rubro-negra para a realização do jogo entre Atlético e Coritiba, no dia 22/2, já foi bloqueado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Ao todo, o montante devido pelo Paraná ao ex-massagista do clube, Moacir Medeiros — que iniciou a ação há 13 anos —, é de R\$ 526 mil.

Conforme a sentença publicada pela 15.ª Vara do Trabalho de Curitiba foi realizada "a penhora de todo o crédito presente e futuro oriundo de contrato firmado entre o Clube Atlético Paranaense e o Paraná Clube".

De acordo com o advogado de Medeiros, Francisco Torres, há cinco anos ele vem tentando receber o pagamento dos valores devidos. "Estamos há tempos buscando uma forma para garantir o cumprimento da sentença.

Quando soubemos pela imprensa que havia essa negociação entre Atlético e Paraná informamos ao TRT e solicitamos que os clubes divulguem, perante juízo, os detalhes do contrato de cessão da Vila", explicou.

Apesar de a penhora das cifras do contrato entre os clubes já ter sido executada, uma reunião de conciliação foi marcada para amanhã. No entanto, antes mesmo de o encontro das partes com o juiz, um acordo pode ser assinado, resolvendo esse passivo trabalhista sem o vexame da penhora.

"Tivemos uma reunião na segunda-feira e estamos em negociação para que haja um acordo que seja bom para ambas as partes. Devemos formalizá-lo ainda hoje", garantiu o superintendente-geral do Paraná, Celso Bittencourt.

O advogado do ex-funcionário confirma que há chance de ocorrer um parcelamento da dívida. "Existe esta possibilidade, mas é preciso que o juiz também esteja de acordo com a relativização dos valores", afirmou Torres.

Entretanto, apesar do indício de acerto, a dívida deve provocar estragos nas finanças paranistas. Mesmo com a diluição do valor ao longo dos próximos meses, o clube ainda terá que buscar uma fonte para bancar os R\$ 126 mil restantes do valor total da ação. "Essa é a grande questão. Somente o valor do aluguel não é suficiente para saldar todo o débito. Queremos que a integralidade do processo seja paga", exigiu o advogado de Moacir Medeiros.

Uma alternativa para engordar a receita paranista é negociar com o Atlético a cessão da Vila também para os jogos da Copa do Brasil. Apesar de a partida de volta do Furacão na primeira rodada da competição já ter sido confirmada pela CBF no estádio tricolor, a diretoria do Paraná nega que a decisão esteja sacramentada.

"Eles podem indicar, mas é preciso que os clubes entrem em acordo. Estamos aguardando o Atlético entrar em contato conosco. Até agora eles não fizeram nenhuma sinalização", admitiu Bittencourt.

29 FEV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Corregedora do CNJ defende punição a juízes 'vagabundos'

No Senado, Eliana Calmon diz que a atitude servirá para proteger a maioria dos magistrados, que é 'decente'

Depois de acusar a existência de "bandidos escondidos atrás da toga" e provocar crise no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, afirmou ontem que é preciso expor as mazelas do Judiciário e punir juízes "vagabundos", a fim de proteger os magistrados honestos – que, ela ressaltou, são a maioria. Em sessão da Comissão de Constituição e Justiça do Senado convocada para discutir o reforço dos poderes do CNJ, ela chamou de "descalabro" a situação nos Estados. "Toda vez que um governador corrupto quer um favor, ele se junta ao presidente do tribunal e dá aumento", afirmou Eliana, referindo-se aos "penduricalhos" que geram uma "gratificação monstruosa" a magistrados.



Na pauta. Eliana Calmon quer retomar investigação nos TJs sobre pagamentos suspeitos

29 FEV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Corregedora do CNJ quer punir 'juízes vagabundos'

Eliana Calmon, que já acusou a existência de 'bandidos escondidos atrás da toga', diz no Senado ser preciso expor mazelas do Judiciário

Felipe Recondo | BRASÍLIA

Depois de acusar a existência de "bandidos escondidos atrás da toga" e provocar uma crise no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon, reacendeu a polêmica no Judiciário ao afirmar, ontem, que é preciso expor as mazelas do Judiciário e punir juízes "vagabundos" e proteger os magistrados honestos que, ela ressaltou, são a maioria.

"Faço isso em prol da magistratura séria e decente e que não pode ser confundida com meia dúzia de vagabundos que estão infiltrados na magistratura", explicou a corregedora em sessão da Comissão de Constituição e Justiça do Senado na qual se discutiu a proposta de emenda constitucional que amplia e reforça os poderes correccionais do CNJ.

Em setembro do ano passado, Eliana despertou indignação na magistratura ao dizer que ela "está com gravíssimos problemas de infiltração de bandidos que estão escondidos atrás da toga". O próprio presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso, respondeu, exigindo que revelasse nomes.

Na sessão de ontem, no Senado, a ministra disse ser necessário retomar a investigação que começou a ser feita no ano passado nos Tribunais de Justiça para colir pagamentos suspeitos a desembargadores e servidores.

Sem economizar palavras, ela juntou Justiça e política: "Meus senhores: é um descalabro. Toda vez que um governador corrupto quer um favor ele se junta ao presidente do tribunal e dá aumento. O que estamos encontrando: os desembargadores ganham o teto - R\$ 26 mil - mas em três meses do ano vem um penduricalho, uma gratificação monstruosa. Se dividir tudo pelos 12 meses, eles ganham R\$ 50 mil, R\$ 40 mil, R\$ 70 mil".

E prosseguiu: "Os Estados mais pobres são aqueles que pagam mais. Tanto que muita gente (*magistrado*) não quer ser ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) porque vai ganhar muito menos (*sendo ministro*)".

O Estado revelou, por exemplo, que há pagamentos corriqueiros no TJ do Rio de Janeiro que variam de R\$ 40 mil a R\$ 150 mil. Em São Paulo, foram identificados pagamentos vultosos e antecipados de atrasados para um grupo de desembargadores.

Liminar. A investigação iniciada pelo CNJ no TJ paulista e que seria estendida a outros 21 tribunais foi interrompida por uma liminar concedida em dezembro pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski. O processo hoje está sob relatoria do ministro Luiz Fux e não há prazo para julgá-lo. O STF terá de decidir, no caso, se a ministra tinha competência para requisitar as declarações de

bens e rendas e as movimentações bancárias atípicas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

"As associações disseram que eu quebrei sigilo bancário e fiscal. Eu não quebrei nada", defendeu-se a corregedora. "Eu ia olhar as declarações de bens e a folha de pagamento para ver se o tribunal está pagando muito. Só isso". Eliana disse ainda estar preocupada com a politização do CNJ em decorrência do aumento da visibilidade dos seus trabalhos. "Minha preocupação", acrescentou, "é que o CNJ está adquirindo visibilidade grande e está se politizando".

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Ministério Público vai investigar licitação do CNJ

29 FEV 2012

● O Ministério Público Federal vai investigar denúncias de irregularidades na licitação feita pelo Conselho Nacional de Justiça em dezembro para compra de equipamentos para um banco de dados com informações de todos os tribunais do país. A investigação cível preliminar foi aberta no dia 7, por iniciativa do MP.

A apuração será conduzida pelo 3º Ofício de Patrimônio Público da Procuradoria da República no Distrito Federal. O MP requisitou ao diretor do Departamento de Tecnologia da Informação do CNJ cópia integral do processo referente ao pregão.

O Ministério Público tem 90 dias para concluir a investigação preliminar, prazo prorrogável por mais 90 dias. Após receber as informações do CNJ, o MP pode instaurar inquérito cível público.

O Estado revelou que a licitação foi posta sob suspeita pela empresa IBM. Ela tentou impugnar a licitação, alegando que as especificações do edital direcionavam a compra para produtos da Oracle, concorrente da IBM.

Integrantes do CNJ também afirmaram, antes da publicação do edital, que a empresa NTC, ligada à Oracle, venceria a concorrência – o que de fato ocorreu. A licitação previa gastos de R\$ 86 milhões, mas a NTC ofereceu os produtos por R\$ 68 milhões.

Apesar das críticas e suspeitas, o caso foi dado por encerrado após uma reunião secreta de quatro horas e meia entre conselheiros e o presidente do CNJ, ministro Cezar Peluso.

Reencarnação

O dalal-lama disse: só eu posso decidir sobre minha reencarnação! A frase perturbou-me. Seria possível decidir sobre a reencarnação? Curioso, descobri, por meio de meu primo Ronaldo, um médium chamado Álvaro Alvez, kardecista emérito, que poderia confirmar se era mesmo possível decidir reencarnações.

Repito o que ouvi de mestre Álvaro: "A reencarnação anula o fosso entre o viver e o morrer porque ela vincula um estado com o outro. Em conformidade com a Lei do Eterno Progresso Espiritual, reencarnamos até o resgate satisfatório das dívidas contraídas em vidas passadas. Com a reencarnação - continuou Álvaro Alvez -, recusamos definir a vida pela morte. Assim sendo, enquanto a maioria olha a morte pelo espelho retrovisor, os reencarnacionistas sabem que a morte leva o olhar para a frente porque teremos sempre novas vidas para viver. A ideia de reencarnação muda tudo!" Ao receber a pergunta sobre planejar reencarnações, mestre Álvaro foi claro como um ministro: "Roberto - falou -, nada no campo espiritual é impossível. Decida-se, como um lama, relativamente às suas próximas existências e, quem sabe, você as realiza?" Pois como já profetizava Quincas Berro D'Água, ao morrer pela terceira vez: "Cada qual cuide do seu enterro, impossível não há!"...

Como, porém, iria reencarnar? Que papel escolheria para reexistir no mundo e, nele, no Brasil? As incertezas eram infinitas e maiores ainda, as possibilidades.

Primeiro, veio-me a fantasia de voltar como craque de futebol, artista de TV, sambista e até mesmo como o Elke Batista ou o William Bonner. Um conselho do mestre, porém, obrigou-me a descartar essas escolhas iniciais.

Fixei-me então em regressar como alto funcionário do governo. Ministro de algum órgão sortido de recursos para obrar a vontade. Que tal chefe da Casa Civil? Ou diretor da Casa da Moeda? Ou representante do povo na Câmara ou

no Senado? Nesses cargos teria não só a oportunidade de resgatar minhas obrigações passadas, mas de criar em dólares e falcatrias inúmeras dívidas futuras, de modo que eu estaria sempre reencarnando (e assim vivendo) sem parar.

Nisso veio o recém-passado carnaval, que me fez pensar em renascer como carnavalesco. Imaginei o sucesso de um enredo baseado nas *Mitológicas* de Claude Lévi-Strauss. O desfile abriria com uma alegoria baseada em *O Cru*

Se puder, prometi a mim mesmo, retornarei como foi meu avô Raul: juiz!

e o *Cozido*, sendo seguida pela ala *Do Mel às Cinzas*, para logo exibir o grande banquete inspirado na *Origem dos Modos à Mesa* e terminar sensacional e apoteoticamente com *O Homem Nu!* Que coisa incrível esses destaques, alas e carros alegóricos, no qual todas as transformações, reversões, torções e códigos dos mitos ameríndios estivessem em cena. Seria a carnavalesco dos carnavais. Ademais, poria em foco o "homem nu" (esse ser esquecido dos carnavais) e não essas bundudas bombadas e, tenham dó, vestidas até o gargalo!

Muita fumaça e pouco fogo, disse a mim mesmo em Angra dos Reis, neste último fim de semana, quando gozei da grata hospitalidade de Romulo e Paula. Ali, diante de um mar transparente e de montanhas que me levavam para um céu infinito, uma tremenda inveja delibereou que eu iria reencarnar como dono de um daqueles modestos domicílios à beira-mar, com um BMW numa porta e um barco de 60 pés, flutuando na minha praia. Viveria saindo de um veículo para entrar no outro e, assim, resgataria definitivamente minha dívida com o tal "trabalho" que os velhos romanos sabiam ser mais um castigo do que um chamado ou vocação.

Assim cogitava quando vi na TV a selvageria dos sambistas paulistanos diante da apuração de seu concurso de Escolas de Samba e, ato contínuo, ouvi as diversas possibilidades interpretativas do regulamento que as governa. Ao escutar as pérolas hermenêuticas diante de uma norma de concurso de carnavalesco, decidi-me.

Se puder, prometi a mim mesmo, retornarei como foi meu avô Raul: juiz!

Como magistrado, interpretaria as leis do carma. E dentro da nobreza republicana teria não apenas um excelente salário e outros auxílios mais do que justos para a serenidade requerida pela minha profissão, mas só poderia ser julgado por colegas e condenado unicamente por maioria absoluta. E caso isso fosse possível, seria penalizado a prisão domiciliar com direito, eis um dano extraordinário, a salário integral. E como tudo o que quero no momento atual de minha encarnação é ficar em casa, pois sair para o trabalho no Grande Rio é um inferno, encontrei minha perfeita futura vida.

Só me resta agora realizar os exercícios espirituais condizentes para determiná-la. Estou seriamente pensando em me encontrar com o dalal-lama, pois ser juiz neste nosso Brasil republicano bem vale uma viagem ao Tibete.

29 FEV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Pais de 2 jovens são condenados a pagar por invasão de site

Duas meninas usaram a senha do Orkut da vítima para ridicularizá-la na internet; indenizações chegaram a R\$ 15 mil

Evandro Fadel / CURITIBA

A Justiça em Ponta Grossa (PR) condenou os pais de duas adolescentes a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais. As jovens se apossaram da senha de uma colega para o site Orkut e publicaram fotos e mensagens depreciativas na página da vítima. O fato aconteceu em 2010, em um colégio particular da cidade. O processo corre em segredo de Justiça e, tão logo seja dado conhecimento da sentença, as partes derrotadas podem recorrer ao Tribunal de Justiça.

Segundo o advogado Carlos Blazetto, que defende a família da vítima, na época as meninas tinham de 12 para 13 anos. O irmão da vítima, na época com 8 anos, também foi incluído na ação, por também ter sido alvo de chacotas na escola.

"Com a mudança de senha, elas dominaram a página e escreveram 'abobrinhas' impronunciáveis", afirmou Blazetto. "Eram palavras de baixíssimo calão, pornografia pura." Ele conta que a adolescente não tinha costume de entrar frequentemente na rede social nem se importou quando tentou acessar o Orkut e

não conseguiu, em função da alteração de senha. Nesse período, apareceram comentários ridicularizando a menina, que passou a não mais querer ir à escola. Cerca de um mês depois das postagens, uma professora percebeu as mensagens e fotos estranhas quando foi mandar um aviso pela internet e alertou os pais, que procuraram a polícia.

Blazetto contou que a menina "teve de mudar de escola e faz tratamento psicológico até agora". O advogado lembrou que os pais da vítima foram serenos e procuraram a via judicial, em vez de partir para a agressão.

A sentença estipulou indenização de R\$ 10 mil para a menina e R\$ 5 mil para seu irmão. "Mas valor nenhum paga o que sofreram. E a gente ainda não sabe as consequências futuras", disse Blazetto.

◆ Advertência

CARLOS BIAZETTO

ADVOGADO DA VÍTIMA

"Que eles (os pais de crianças e adolescentes) não se eximam disso, que acompanhem os filhos nas redes sociais."

Sônia Racy

Bagunça

Polêmica na primeira audiência pública em torno da revisão do Código Penal, sexta. O tema? Aborto. Teve até participante entregando bebê de plástico ao procurador Luiz Carlos Gonçalves, afirmando que aquilo era um feto.

Ante coro de manifestantes favoráveis ao aborto.

29 FEV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

'Abolição' da gravata no Direito da USP faz 40 anos

Obrigatoriedade, que valia também para paletó, acabou após manifesto do centro acadêmico; hoje, bermuda e camiseta são comuns

Felipe Tau

No dia 8 de março, será comemorado o 40.º aniversário da abolição da "esgravatura" na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), no Largo São Francisco, centro de São Paulo. O termo, cunhado por alunos e professores de uma das faculdades mais tradicionais do País, marca o fim da obrigatoriedade de usar paletó e gravata no câmpus - decisão histórica tomada em 1972 pelo diretor José Pinto Antunes.

Quem vai hoje à faculdade com trajes informais não imagina a importância da data para os colegas de outros tempos. Aquele quarta-feira foi o primeiro dia em 145 anos da faculdade em que os alunos puderam assistir as aulas sem apertado no pescoço.

A luta pela "abolição" começou em março de 1970, com o Centro Acadêmico 11 de Agosto distribuindo o manifesto *Abaixo a Gravata*. Dois anos depois, após diversas negativas da diretoria, o pedido do presidente do C.A. na época, Antônio de Gouveia Júnior (1945-2011), foi finalmente aceito pelo diretor Antunes. No decreto, porém, ele advertia: "de bermuda ninguém entra aqui".

O cenário atual do largo deixaria indignado o diretor, que morreu em 1975. Ontem, dia em que

PARA LEMBRAR

Acessório vem da Antiguidade

Segundo o professor Lázaro Eli, coordenador do curso de bacharelado em Design de Moda do Senac, a gravata, em uma forma mais rudimentar e diferente da que conhecemos hoje, já era usada por egípcios e soldados chineses e romanos antes de Cristo. Servia para proteger e aquecer a garganta, especialmente pelos romanos. Só viria a ter o sentido empregado hoje, de distinção social e acessório de moda, com os soldados croatas, no século 19. Os croatas (ou "croats", em francês) também inspiraram o nome do acessório.

a cidade registrou 32,8°C, a maior parte dos alunos trajava bermuda e camiseta. "Se tivesse de usar trajes formais em um dia como esse, ia ser duro", diz o estudante Walter Tarcha, de 22 anos, do 4.º ano, que parou de ir de gravata para a faculdade depois que largou o estágio.

O paletó e gravata era minoria entre os estudantes da turma da manhã mas, entre os pro-

fessores, a vestimenta persiste. Era o caso do professor e ex-ministro das Relações Exteriores Celso Lafer. De blazer e gravata, ele contrastava com os calouros de bermuda e camisetas estampadas.

Aluno da turma de 1960, Lafer conta que na sua época nem se pensava em tirar a gravata. Depois de se formar, em 1964, Lafer voltou à faculdade como professor, em 1971, e testemunhou a mudança na vestimenta. "O pessoal de mais tradição ficou um pouco incomodado. Mas era jovem na época, não vi problemas."

Aluno da última turma a usar terno e gravata, graduada em 1971, o advogado Percy Hackmann, de 64 anos, diz que nem todos os alunos achavam a formalidade ruim. "O paletó e gravata eram quase as nossas becas, mostrava que estávamos em uma das faculdades mais tradicionais do Brasil, tínhamos orgulho de usar", lembra ele, vice-presidente da associação dos antigos alunos da faculdade.

O advogado Paulo Roberto de Oliveira, de 64 anos, formado no ano da "abolição" da gravata, diz que metade dos colegas da noite deixou de usar o acessório. Embora fizesse parte da outra metade, por trabalhar perto da faculdade, ele apoiou a medida na época. "A gente tem de acompanhar os tempos."

29 FEV 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Casal de lésbicas
divide bens na Justiça

Casal gay é o 1º a obter separação legal e partilha

Advogado de lésbicas que encerraram 13 anos de relação invoca decisão do STF e, na mesma ação, consegue reconhecimento e dissolução de união



Separação. Terê e Márcia: aval da Vara da Família e do MP.

Paulo Saldaña

Depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhecer a união estável homoafetiva, gays agora usam esse direito para conseguirem se separar legalmente. Em Franca, interior de São Paulo, um casal de lésbicas garantiu a separação dos bens na Justiça depois de uma relação que durou 13 anos. Segundo o movimento gay, o caso é o primeiro no País.

A aposentada Teresinha Geraldo Lisboa, a Terê, de 51 anos, e a gráfica Márcia Pompeu Sousa, de 47, viviam juntas desde 1998. "Chegamos a um consenso, era melhor nos separarmos. Mas queríamos deixar tudo certinho na Justiça", conta Terê.

O casal procurou o advogado Mansur Jorge Said Filho. Como elas nunca haviam oficializado o casamento, o advogado compôs uma ação de reconhecimento da união e sua dissolução, com partilha de bens. "Eu invoquei decisão do STF no sentido de considerar aplicação constitucional do Código Civil", diz Mansur.

PARA LEMBRAR

O reconhecimento da união estável entre homossexuais foi reconhecida, em decisão unânime, no dia 5 de maio de 2011 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Assim, os casais homossexuais têm os mesmos direitos e deveres que a legislação brasileira estabelece para os heterossexuais. Passam a ter reconhecimento o direito de receber pensão alimentícia, ter acesso à herança de companheiro morto e podem ser incluídos como dependentes nos planos de saúde. Poderão adotar filhos e registrá-los.

A Vara de Família de Franca homologou, na semana passada, o acordo proposto sem contestações. "Na prática, já nos satisfiz. O Ministério Público também foi a favor com o reconhecimento e a partilha", disse Mansur.

Em jogo, frutos do casamento,

havia um carro e duas casas em Franca – embora a divisão fora acordada amigavelmente antes da ação. O carro ficou com Márcia, umã das casas com Terê e a outra, ainda em reforma, será vendida e o dinheiro, dividido.

'Exemplo'. O presidente da Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, Fernando Quaresma Azevedo, afirma que não há notícias de outros casos após a decisão do STF. "A sociedade foi se modificando e se ajustando. Antes nem casais héteros se separavam. E com a posicionamento do Supremo, agora veio esse direito."

Terê afirma que a ação pode servir de exemplo para casais irem atrás de seus direitos. "Tomara que sirva para que outros gays saiam do armário." Moradora de Franca há oito anos, ela faz trabalhos sociais pela ONG Tudo Pelo Social. Em 2008, concorreu a uma cadeira na Câmara Municipal e perdeu. A culpa, para ela, foi do preconceito. "Na campanha, dizia: 'Não estou sozinha, mas com minha esposa Márcia'. Isso deu uma grande repercussão e me falavam que não votaram em mim porque eu era gay."

As duas se conheceram no início da década de 1990, quando trabalhavam no Belenzinho, zona leste da capital. Em 12 de junho de 1998, Dia dos Namorados, começou o flerte. No dia seguinte, o primeiro beijo. "Depois nunca nos separamos, uma lutando pela outra." Mas os problemas cresceram e sufocaram o amor. Só restou a separação. "Não penso em ter ninguém, amo ela, mas o melhor foi isso."

O ESTADO DE S. PAULO

TUTTY

29 FEV 2012

Cadeia para o dicionário!

Magistrados do Ministério Público - ô, raça! - querem tirar o dicionário *Houaiss* de circulação pelo "caráter discriminatório e preconceituoso" de algumas definições descritas como de "uso pejorativo" no verbete "cigano" (aquele que trapaceia; velhaco, burlador). Pela lógica politicamente correta da Justiça, cabem dezenas de outras ações "por dano moral coletivo" na obra do filólogo. Por exemplo:

Judeu - "Pessoa usurária, avarenta";

Paulista - "Que ou o que é teimoso, birrento, turrão; muito desconfiado";

Parasiba - "Mulher de aspecto e comportamento masculinos; lésbica; operário não qualificado da construção civil; qualquer nordestino";

Balano - "Indivíduo originário ou habitante de qualquer dos Estados brasileiros, excetuando-se a Região Sul; nordestista";

Crioléu - "Reunião, ou baile popular, frequentada predominantemente por crioulos";

Louraça - "Mulher que comercializa o próprio corpo, mulher de vida fácil; prostituta";

Mulato - "Sonso";

Turco - "Ambulante que vende a prestações";

Polaca - "Mulher da vida, meretriz"



METRO

Barbárie 29 FEV 2012 no centro

◊ Morador de rua de 30 anos foi queimado enquanto dormia ◊ Com ferimentos no tórax e mãos, ele não corre risco de vida ◊ Polícia ouvirá depoimentos hoje

Morador de rua é queimado

◊ Homem de 30 anos teve ferimentos de segundo grau no tórax e nas mãos, mas não corre risco de vida ◊ Delegacia de Homicídios não tem pistas

Um morador de rua teve seu corpo queimado, ontem pela manhã, na rua desembargador Ermelino de Leão, centro de Curitiba. "Ele achou que estivesse tendo um pesadelo, em que estava se queimando, e voltou a dormir. Só quando acordou viu que estava machucado", conta o delegado Rubens Recalcatti.

Nenhuma testemunha foi encontrada pela polícia e ainda não há suspeitos. O morador de rua não soube apontar quem pode ser o criminoso. "Amanhã vou ouvir a mãe dele", adiantou o delegado.

O morador de rua seria usuário de drogas e de álcool, e boatos davam conta que skinheads teriam sido vistos correndo no local depois de crime, no entanto a polícia descartou a informação.

O ferido foi levado para o Hospital Evangélico com queimaduras no tórax e nas mãos. Se não houver intercorrências, ele deve se recuperar bem, segundo o hospital.

Segundo caso

Este foi o segundo crime em menos de uma semana na rua Ermelino de Leão. No sábado, um adolescente foi esfaqueado e morto no local. Um vídeo divulgado na internet, com a namorada de um dos suspeitos, teria motivado o crime, de acordo com a Delegacia de Homicídios.

Inicialmente o caso também foi atribuído a skinheads, o que não foi comprovado.

Reconhecer
paternidade
no país fica
mais fácil

29 FEV 2012

O reconhecimento de paternidade ficou mais fácil graças a um conjunto de regras e procedimentos definidos pela Corregedoria Nacional de Justiça.

Agora, mães com filhos que não têm o nome do pai na certidão de nascimento, poderão procurar qualquer cartório de registro civil e dar início ao processo de reconhecimento. No cartório, é preciso preencher um formulário com os dados da mãe e do filho, assim como os do suposto pai, como nome e endereço, que são obrigatórios. O cartório encaminhará o documento ao juiz responsável, que notificará o suposto pai sobre o pedido. Caso a ligação familiar seja confirmada, o juiz determina a inclusão do nome do pai na certidão. ● METRO

MP pede saída de áreas preservadas

O MP-PR (Ministério Público do Paraná) entrou com uma ação civil pública, ontem, para desocupar diversos terrenos da APP (Área de Preservação Permanente) de Piraquara. O caso foi informado ao MP pela ONG Rede Brasileira para Conservação dos Recursos Hídricos.

De acordo com o MP, os terrenos têm construções clandestinas que ficam sem rede de esgoto e água tratada, expondo os moradores a riscos de contaminação. Além disso, as ocupações

7 bairros estão com ocupações irregulares: V. Macedo, Planta Deodoro, V. Franca, V. Fuck, V. Santa Maria, Bela Vista e São Tiago.

causariam danos ao meio ambiente. "As áreas (...) são de mananciais que abastecem Curitiba e Região Metropolitana. Assim, resta imprescindível a imediata desocupação e demolição das construções", pediu o promotor Marco Aurélio Romagnoli Tavares. ● METRO

7,3

mil é o número de cartórios com o serviço de reconhecimento.

MPF pede que SUS forneça remédio para câncer de mama

O MPF-PR (Ministério Público Federal) entrou ontem com ação civil pública na Justiça Federal em Curitiba cobrando do SUS o fornecimento do Herceptin (Trastuzumab) a todas as mulheres que tiverem indicação médica para o uso do medicamento no tratamento de câncer de mama.

Em torno de 20% das mulheres em tratamento têm indicação de seu uso, segundo o mastologista oncolologista Cicero Urban. "Ele é anticorpo monoclonal extremamente efetivo contra o tumor e com pouco efeito colateral. Pode significar maior chance de cura", explica Urban.

A procuradora Antonia Lélia Sanches argumenta que "milhares de brasileiras que sofrem com o câncer de mama têm suas vidas precocemente ceifadas em razão da ré União se negar a dispensar-lhes o medicamento apropriado e expressamente indicado, o Herceptin". ● METRO CURITIBA

29 FEV 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Assalto a desembargadora

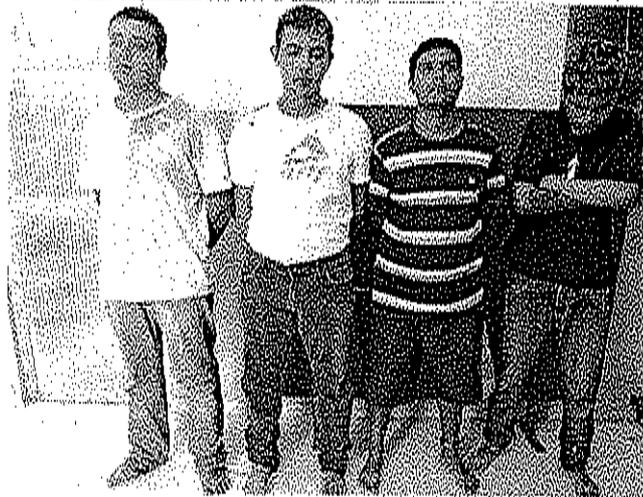
Janaina Monteiro

Uma quadrilha foi presa logo depois de assaltar a casa de uma desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho, no início da manhã de ontem, no Santo Inácio. Aleksandro Cordeiro Santos, 18 anos, Alexandre Felipe de Pádua dos Santos, 20, Malcon Julian de Almeida, 19, e Denis Rodrigues Pereira, 22, foram detidos em um matagal, atrás de uma universidade, no Jardim Gabinete. Denis saiu recentemente da prisão e estava em liberdade condicional.

O roubo aconteceu por volta das 11h, na Rua Padre Ladislau Kula. Segundo a soldado Elivane, do 12.º Batalhão da Polícia Militar, um dos rapazes foi visto rondando o bairro, como se estivesse escolhendo qual casa invadir. O marido da desembargadora surgiu, no portão da casa com um Focus e foi abordado pelos assaltantes.

Limpa

Os quatro invadiram a residência, mantendo o casal e a filha deles, de 18 anos, reféns.



Aleksandro, Alexandre, Denis e Malcon foram presos no mato.

Depois de juntar joias, duas televisões de LCD, um home theater, um par de tênis, 100 dólares e R\$ 73, a quadrilha fugiu no carro da família sentido Parque Barigui.

Policiais foram avisados sobre o roubo, quando os bandidos ainda estavam na casa. Poucos minutos depois, policiais do serviço reservado encontraram o carro da família, na Rua Carlos Muller. Quando avistaram a po-

lícia, os marginais abandonaram o veículo e fugiram em direção ao matagal. Com apoio de outras equipes, os policiais capturaram os suspeitos, que teriam se livrado das armas pelo caminho.

Os pertences roubados foram recuperados no carro. Segundo a soldado, três dos ladrões moram no Jardim Gabinete, o outro mora no Portão. Aleksandro já tinha passagem por roubo e Denis saiu da cadeia recentemente.

29 FEV 2012

RÁPIDA JORNAL DO ESTADO

TIM é impedida de habilitar novas linhas em Pernambuco

A Justiça Federal proibiu a TIM de habilitar novas linhas e vender novas assinaturas em Pernambuco por ao menos 30 dias. A decisão, provisória e passível de recurso, atendeu pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Estado e da Associação de Defesa da Cidadania e do Consumidor. As entidades apontam problemas constantes na prestação de serviços pela operadora, como a interrupção de ligações e ausência de sinal. Na liminar, concedida ontem, a justiça fixou multa de R\$ 10 mil por nova linha comercializada sem autorização, e de R\$ 100 mil por dia em caso de descumprimento da determinação.

A TIM só poderá retomar as vendas após comprovar possuir equipamentos e instalações suficientes para atender a demanda estadual. Pelos mesmos motivos, a operadora também foi proibida pelo TRF-5 (Tribunal Regional Federal da 5ª Região), em dezembro passado, de vender novas linhas no Ceará. O tribunal reverteu a decisão em janeiro.

Eleição do MP

Três candidatos vão disputar o cargo de procurador-geral de Justiça do Paraná para o período entre 2012 e 2014: Gilberto Giacóia e Mário Sérgio de Albuquerque Schirmer e o promotor de Justiça Fuad Chafic Abi Faraj. Os três formarão a lista tríplice que será votada pelos integrantes do Ministério Público do Paraná (MP-PR) no site do órgão, no dia 14 de março. A lista, em ordem do mais votado para o menos votado, será encaminhada ao governador do estado, Beto Richa (PSDB), que fará a escolha.

Facebook

O pré-candidato do PDT à prefeitura de Curitiba, Gustavo Fruet, foi notificado na segunda-feira que corre contra ele uma ação por, supostamente, estar usando o Facebook para fazer campanha antecipada. O autor da ação é Jorge Martins, presidente do PRP no Paraná. A assessoria de Fruet diz que o grupo criado na rede social "Eu voto no Gustavo" foi uma iniciativa de simpatizantes.

CONJUR 28 FEV 2012

Conciliação será unificada na Justiça gaúcha

Os núcleos de conciliação de primeiro e segundo graus da Justiça estadual gaúcha serão unificados nos próximos dias, em ato administrativo que será publicado no Diário Oficial do Estado. A decisão é do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em sessão administrativa realizada na tarde de segunda-feira (27/2).

O novo órgão será chamado de Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos. Será presidido pelo 1º vice-presidente do Tribunal de Justiça e, nos seus impedimentos, pelo corregedor-geral da Justiça. Além destes, comporão o órgão mais três desembargadores, um juiz-corregedor e um juiz de Direito.

O mesmo ato criará as Coordenadorias de Conciliação e Mediação de 1º e 2º Graus. Caberá ao Núcleo desenvolver a política de tratamento adequado dos conflitos de interesses, além de propor a criação e a instalação de Centrais de Conciliação e Mediação.

Também foram aprovadas nova regulamentação das atividades dos conciliadores e dos mediadores e os procedimentos para o funcionamento permanente da Central de Conciliação e Mediação do 2º Grau. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-RS.*

CONJUR

Fazendeiro acusado de matar advogado

continuará preso

28 FEV 2012

A 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça negou Habeas Corpus e manteve a prisão preventiva de um fazendeiro acusado de assassinar um advogado em Niquelândia (GO). O assassinato aconteceu depois de uma briga que teria sido motivada por disputas judiciais entre os dois, relativas a terras. Segundo a denúncia, o fazendeiro atirou na nuca do advogado quando este estava caído.

O acusado foi denunciado por homicídio duplamente qualificado — motivo torpe e impossibilidade de defesa da vítima. O juízo criminal de Niquelândia entendeu que a prova da materialidade do crime e os indícios de autoria estavam presentes no caso. Para o juízo, a segregação do meio social também se justifica porque o acusado já tinha antecedentes que demonstram sua periculosidade, capaz de gerar instabilidade na ordem pública.

O fazendeiro alega legítima defesa. Sobre o decreto de prisão preventiva, seu advogado disse que não poderia ser sustentado apenas na gravidade abstrata do delito, e que o acusado compareceu espontaneamente à delegacia. O fazendeiro ainda justificou que fugiu do local do crime para procurar seu advogado, e este o orientou a apresentar-se.

No julgamento de HC, o Tribunal de Justiça de Goiás confirmou a decisão de primeiro grau, acrescentando que o acusado não compareceu à audiência de instrução e julgamento, sete meses depois do crime. Segundo o relator da decisão, ainda que o acusado tenha se apresentado e sido interrogado — em outra unidade da federação —, a medida cautelar não pode ser revogada.

O tribunal estadual não entrou na análise da alegação de legítima defesa, afirmando que isso exigiria exame das provas do processo, o que não é possível por meio de Habeas Corpus. Com a decisão de segunda Instância negando o HC, a defesa renovou o pedido no STJ.

Para a ministra Laurita Vaz, relatora do caso na 5ª Turma, a manutenção da prisão preventiva está devidamente fundamentada, pois, diante da periculosidade do acusado, a medida é necessária para a manutenção da ordem pública e para garantir a aplicação da lei penal, já que existe concreta possibilidade de fuga. Todos os ministros acompanharam o voto da relatora. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*

HC 212.173

CONJUR 28 FEV 2012

STJ tem de apreciar pedido de estado estrangeiro

A determinação de sequestro de bens e bloqueio de ativos não pode se basear em mero pedido de cooperação jurídica internacional. A medida exige a concessão, pelo Superior Tribunal de Justiça, de *exequatur* a carta rogatória expedida por estado estrangeiro. O *exequatur* é um meio de exercício da soberania do estado brasileiro, e configura autorização para que sejam cumpridas em seu território medidas determinadas por outros países. Compete ao STJ a apreciação da carta rogatória que solicita essas medidas. Com esse entendimento, a 6ª Turma do Tribunal, afastou restrições impostas a pessoas suspeitas de envolvimento em golpe de US\$ 80 milhões na Suíça.

O HC foi concedido inicialmente em 2009 a três envolvidos. Apesar de não serem partes em ação cautelar que tramitava no Rio de Janeiro contra outros, eles sofreram medidas restritivas em cumprimento à carta rogatória oriunda da Suíça que não foi submetida ao *exequatur*. A decisão atual da 6ª Turma estende a ordem de liberação dos bens a outras duas pessoas que também não constavam da ação brasileira.

No caso analisado, o juiz de primeiro grau determinou o bloqueio de ativos e sequestro de bens com base em carta rogatória suíça. O natural daquele país foi condenado na Suíça por "fraude processual", modalidade de crime contra o sistema financeiro que teria afetado 600 pessoas e causado prejuízo de US\$ 80 milhões. O suíço também era investigado por crimes no Brasil e havia pedido de extradição contra ele. Para o juiz, o acordo de extradição autorizaria a cooperação direta em sede cautelar, sem *exequatur*. O STJ apontou, na ocasião do HC, que em qualquer hipótese a autorização seria exigida.

Com a decisão, outras quatro pessoas buscaram liberar os bens restringidos na mesma ação. O ministro Sebastião Reis Júnior apontou, porém, que apenas duas estavam em situação idêntica aos beneficiados originais. Uma terceira requerente da extensão não obteve sucesso porque as restrições contra seus bens foram determinadas em outra ação cautelar, originada de inquérito policial para apuração de crimes de lavagem de dinheiro em tese cometidos no Brasil e não se relacionam à carta rogatória. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*

HC 114.743